

ESTABELECIDOS E *OUTSIDERS* EM CURITIBA: COMERCIANTES, EMPREITEIROS E A INSERÇÃO SOCIAL DE IMIGRANTES ALEMÃES NO FINAL DO SÉCULO XIX

Denise Eurich Colatusso¹

RESUMO

O artigo analisa as formas pelas quais imigrantes alemães e seus descendentes buscaram inserir-se na sociedade curitibana entre 1869 e 1889, período marcado pela reorganização urbana da capital paranaense, pela crise do trabalho escravizado e pela valorização do trabalho livre. A partir da perspectiva teórica de Norbert Elias, especialmente dos conceitos de estabelecidos, *outsiders*, hierarquia de status e redes de interdependência, o texto examina três vias de inserção: a atuação de empreiteiros alemães nas obras públicas municipais; a presença de comerciantes alemães na expansão do varejo urbano; e a trajetória de Augusto Stellfeld, farmacêutico, liderança comunitária e vereador. Argumenta-se que a inserção dos alemães não foi linear nem plenamente harmoniosa. Ela ocorreu por meio de relações de complementaridade e tensão com a sociedade luso-brasileira, que ocupava os postos mais elevados de prestígio e poder. Ao mesmo tempo em que os alemães se tornavam necessários à cidade, por seus saberes técnicos, serviços e estabelecimentos comerciais, mantinham práticas de coesão interna vinculadas à germanidade. Assim, a experiência alemã em Curitiba revela um duplo movimento: integração seletiva no mundo do trabalho e preservação de fronteiras étnicas no âmbito comunitário.

Palavras-chave: Imigração alemã. Curitiba. Norbert Elias. Hierarquia de status. Trabalho.

ESTABLISHED AND OUTSIDERS IN CURITIBA: MERCHANTS, CONTRACTORS, AND THE SOCIAL INTEGRATION OF GERMAN IMMIGRANTS AT THE END OF THE 19TH CENTURY

ABSTRACT

This article analyzes the ways in which German immigrants and their descendants sought to enter Curitiba society between 1869 and 1889, a period marked by the urban reorganization of the capital of Paraná, the crisis of enslaved labor, and the valorization of free labor. Drawing on Norbert Elias, especially the concepts of established and outsiders, status hierarchy, and networks of interdependence, the article examines three forms of insertion: the activity of German contractors in municipal public works; the presence of German merchants in the expansion of urban retail; and the trajectory of Augusto Stellfeld, a pharmacist, community leader, and city councilman. The article argues that German insertion was neither linear nor fully harmonious. It occurred through relations of complementarity and tension with Luso-Brazilian society, which occupied higher positions of prestige and power. While Germans became necessary to the city through technical skills, services, and commercial establishments, they also preserved practices of internal cohesion linked to Germanness. The German experience in Curitiba thus

¹ Graduada em História pela UFPR (2001), Mestre em História pela UFPR (2004). Especialista em Metodologia do Ensino de História (2006); Especialista em Informática na Educação (2009) e Especialista em Aprendizagem Ativa (2023). Professora de História da Rede Estadual de Educação do Paraná (2003-2020). Técnica Pedagógica na Secretaria de Estado da Educação do Paraná (SEED/PR) na área de formação de professores (Núcleo Formadores em Ação). Orcid: <https://orcid.org/0009-0007-4096-4145>. Contato: denisecolatusso@gmail.com

reveals a double movement: selective integration into the world of labor and the maintenance of ethnic boundaries in community life.

Key words: German immigration. Curitiba. Norbert Elias. Status hierarchy. Labor.

Introdução

A presença de imigrantes alemães em Curitiba, na segunda metade do século XIX, costuma aparecer na memória social da cidade associada à modernização urbana, à atividade comercial e a uma imagem de laboriosidade. Essa representação, embora importante para compreender os modos pelos quais a cidade passou a narrar o seu próprio passado, não explica sozinha as relações sociais que permitiram a esses imigrantes ocupar lugares de destaque na capital paranaense. O problema que orienta este artigo é outro: de que maneira indivíduos de origem germânica, inicialmente situados como *outsiders* diante da sociedade luso-brasileira, encontraram caminhos de inserção na Curitiba do final do século XIX?

O recorte temporal adotado, de 1869 a 1889, corresponde a um momento decisivo para observar essa dinâmica. A cidade, elevada à condição de capital da Província do Paraná em 1853, passava por um processo de reorganização material, administrativa e simbólica. A necessidade de ruas, pontes, calçamento, mercado, serviços de abastecimento, comércio e equipamentos urbanos ampliou a procura por trabalhadores especializados. Ao mesmo tempo, a desestruturação progressiva do trabalho escravizado e a valorização do trabalho livre abriram espaço para a entrada de imigrantes europeus em atividades urbanas, mesmo que tais atividades ainda fossem percebidas de modo desigual dentro da hierarquia social local.

A cidade que se pretendia construir exigia intervenção pública. A imprensa local já indicava a necessidade de um planejamento para a capital. Em 1854, O Dezenove de Dezembro lembrava à Câmara Municipal que, “logo que o governo [provincial] ponha a disposição algum engenheiro, é preciso tratar de dar a esta nossa capital um plano, a que se sujeitem as novas construções” (O Dezenove de Dezembro, 1854, p. 3-4). A demanda por ordenamento urbano não era apenas estética. Ela expressava uma nova expectativa em relação ao espaço citadino, que deveria corresponder às funções administrativas, econômicas e sociais de uma capital provincial.

É nesse cenário que os alemães se tornam socialmente visíveis. Muitos haviam chegado ao planalto curitibano após experiências anteriores em núcleos coloniais, como Rio Negro e

Dona Francisca, em Santa Catarina. Embora parte deles tivesse recebido ou procurado lotes agrícolas nos arredores de Curitiba, sua presença não se restringiu ao mundo rural. Ao contrário, alguns se aproximaram rapidamente das atividades urbanas, atuando como carpinteiros, marceneiros, empreiteiros, carroceiros, comerciantes, industriais, farmacêuticos e prestadores de serviços.

A hipótese defendida é que a inserção desses imigrantes ocorreu por meio de redes de interdependência. Não se tratou de uma integração plena, espontânea ou sem conflitos. Os luso-brasileiros ocupavam posição de maior antiguidade, autoridade e prestígio político. Os alemães, por sua vez, eram estrangeiros e precisavam negociar sua presença dentro de uma sociedade que lhes atribuía uma posição inicial inferior. Contudo, ao oferecerem habilidades necessárias à cidade, puderam deslocar sua posição na hierarquia de status.

A perspectiva teórica adotada é a de Norbert Elias, especialmente a partir da relação entre estabelecidos e *outsiders*. Na formulação de Elias e Scotson, o encontro entre grupos antigos e novos não ocorre ao acaso; ele se relaciona a processos históricos amplos, como industrialização, urbanização e desenvolvimento comunitário. O próprio Elias afirma que “o encontro entre grupos antigos e novos e a pressão que os obrigou a conviverem como membros de uma mesma comunidade não foram acontecimentos ao acaso”. (Elias, Scotson, 2000, p. 68). Tal reflexão permite analisar a convivência entre luso-brasileiros e alemães em Curitiba não como simples justaposição de grupos, mas como uma configuração social atravessada por dependências, disputas e classificações.

O artigo está organizado em quatro partes. A primeira apresenta o contexto de Curitiba e a adequação dos conceitos elisianos à análise da imigração alemã. A segunda examina a atuação dos empreiteiros alemães nas obras públicas municipais, observando tanto a utilidade social desses trabalhadores quanto as tensões presentes nos contratos com a Câmara. A terceira analisa a presença dos comerciantes alemães no varejo urbano, destacando a mobilidade social possibilitada pelo comércio. A quarta parte acompanha a trajetória de Augusto Stellfeld, farmacêutico e vereador, como caso exemplar de um outsider que alcançou reconhecimento na sociedade curitibana sem abandonar os vínculos com a comunidade germânica.

Do ponto de vista metodológico, o artigo se apoia em três conjuntos documentais. O primeiro é formado pelas Atas da Câmara Municipal de Curitiba, nas quais aparecem contratos, requerimentos, pagamentos, reclamações, autorizações e conflitos relacionados às obras públicas e à administração urbana. O segundo é composto por anúncios publicados na imprensa

periódica, especialmente O Dezenove de Dezembro, Gazeta Paranaense e Província do Paraná, que permitem acompanhar a presença de comerciantes alemães, a localização de seus estabelecimentos e os produtos oferecidos ao público. O terceiro conjunto é formado pela bibliografia histórica sobre imigração, urbanização, germanidade e relações de trabalho no Paraná oitocentista.

A opção por empreiteiros, comerciantes e Augusto Stellfeld decorre da própria natureza das fontes. As Atas tornam visíveis os indivíduos que se relacionavam com a Câmara, principalmente quando solicitavam pagamentos, propunham serviços ou eram objeto de deliberação. Os jornais, por sua vez, dão visibilidade aos estabelecimentos comerciais e às estratégias de apresentação pública. Já Stellfeld permite articular as duas dimensões: aparece como profissional qualificado, comerciante, liderança comunitária e agente político.

Este artigo revisita a dissertação Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889), defendida em 2004, por essa autora, para retomar uma questão que permanece relevante à história social de Curitiba: como determinados imigrantes de origem germânica encontraram possibilidades de inserção na sociedade urbana oitocentista sem que isso significasse assimilação plena. Revisitar a dissertação, nesse sentido, não significa apenas resumir seus capítulos, mas reorientar o olhar para um recorte específico: as estratégias de presença, atuação e reconhecimento no mundo do trabalho e nos espaços públicos da capital paranaense.

A dissertação possuía um escopo mais amplo, incluindo discussões sobre imigração, germanidade, família, casamentos e associativismo. O artigo seleciona um eixo particular desse conjunto: as formas de inserção social dos alemães na Curitiba urbana, com ênfase nas atividades profissionais e na trajetória de uma liderança comunitária e política. Por isso, nem todos os debates da pesquisa original são retomados com a mesma extensão. O recorte privilegia situações em que a presença alemã se tornou socialmente ativa, documentável e capaz de alterar posições dentro da hierarquia local.

A transformação da dissertação em artigo exige síntese, seleção e reorientação do argumento. Neste caso, o eixo passa a ser a pergunta pelas formas de inserção: quais espaços foram ocupados, quais relações foram construídas, que tensões apareceram e como a teoria de Elias ajuda a compreender o deslocamento de indivíduos e grupos dentro de uma hierarquia de status. O artigo, portanto, não busca narrar toda a imigração alemã em Curitiba, mas observar

os momentos em que esses sujeitos se tornaram necessários à cidade e reconhecíveis na documentação.

Há ainda um cuidado conceitual necessário. A palavra “inserção” não é utilizada como sinônimo de assimilação. Inserir-se significa ocupar lugares, estabelecer relações, ser reconhecido em determinadas funções e participar de redes sociais. Isso podia ocorrer sem abandono da língua, da religião, das associações e das estratégias de preservação étnica. A inserção alemã em Curitiba foi, nesse sentido, parcial, seletiva e relacional.

Curitiba, imigração alemã e hierarquia de status

Na segunda metade do século XIX, Curitiba deixou de ser apenas uma vila de funções limitadas para transformar-se em capital de uma província recém-emancipada. Esse processo não foi imediato nem homogêneo. A cidade ainda era descrita por viajantes e autoridades como pequena, carente de infraestrutura e marcada por ruas sem calçamento, edificações simples e serviços públicos insuficientes. A mudança de status político, contudo, impôs novas exigências. Era preciso instalar repartições, organizar vias de circulação, construir pontes, disciplinar o espaço urbano, ampliar o abastecimento e criar serviços condizentes com a capitalidade.

A urbanização curitibana esteve relacionada à economia ervateira. As unidades de beneficiamento do mate, os trabalhadores fabris, os comerciantes, os tropeiros, os administradores e os consumidores passaram a demandar uma cidade mais funcional. Assim, a economia regional não apenas produziu riqueza, mas também pressionou pela reorganização do espaço urbano. A circulação de mercadorias, a conservação de estradas e a ligação entre Curitiba, litoral e interior eram percebidas como condições para o desenvolvimento provincial.

Essa preocupação aparece de maneira clara nos relatórios de presidentes de província. Em 1874, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches afirmava que as estradas eram fundamentais ao futuro econômico do Paraná: “as estradas da província são as suas artérias — é por ella que gyram seu sangue, o seu futuro, a sua vida, isto é os productos da indústria e do trabalho”. (Paraná, 1874, p. 32). A metáfora orgânica permite compreender a centralidade das obras públicas no projeto de progresso provincial. Estradas, ruas e pontes não eram apenas objetos materiais; constituíam a infraestrutura pela qual circulariam produção, trabalho e poder.

Ao mesmo tempo, a província enfrentava problemas de mão de obra e abastecimento. A transferência de escravizados para regiões cafeeiras, a crise do sistema escravista e a

ampliação das atividades urbanas contribuíram para tornar o trabalho livre cada vez mais necessário. Nesse contexto, os imigrantes europeus foram vistos pelas elites como solução para a agricultura de abastecimento, para o povoamento e para a execução de obras. A imigração, portanto, não pode ser entendida apenas como deslocamento populacional. Ela foi também uma política de reorganização do trabalho e uma aposta em determinado modelo de civilização.

No Paraná, os imigrantes alemães chegaram por diferentes vias. Antes mesmo da grande colonização da década de 1870, havia movimentos de remigração de alemães vindos de Rio Negro e da Colônia Dona Francisca em direção a Curitiba. Esses indivíduos encontravam na capital possibilidades que nem sempre estavam disponíveis nas colônias agrícolas. Muitos traziam conhecimentos artesanais, técnicos e comerciais que podiam ser mobilizados em uma cidade em crescimento.

É necessário, porém, evitar a ideia de que esses imigrantes formavam um grupo homogêneo. A designação “alemães”, no período, reunia prussianos, silesianos, pomeranos, hanoverianos, hamburgueses, renanos, suíços, bávaros, austríacos e sujeitos oriundos de diferentes regiões da Europa Central. A unidade do grupo não estava dada pela origem estatal, mas foi construída nas relações sociais, no contato com os luso-brasileiros e na consolidação de práticas de germanidade.

A teoria de Norbert Elias oferece instrumentos para compreender essa configuração. Na sociedade curitibana do final do século XIX, os luso-brasileiros podem ser compreendidos como estabelecidos porque detinham maior antiguidade, controlavam cargos de poder, ocupavam posições de prestígio e dispunham de redes políticas consolidadas. Os alemães, por sua vez, ingressaram como *outsiders*. Sua condição de estrangeiros, sua língua, seus costumes e sua posição inicial no mundo do trabalho os colocavam fora do círculo dominante.

Entretanto, a relação entre estabelecidos e *outsiders* não é estática. Elias observa que, “quando os grupos de *outsiders* são necessários de algum modo aos grupos estabelecidos, quando têm alguma função para estes, o vínculo duplo começa a funcionar mais abertamente” (Elias, Scotson, 2000, p. 33). Essa afirmação é central para compreender o caso curitibano. Os alemães foram aceitos e valorizados na medida em que ofereciam funções necessárias à cidade: construíam, consertavam, transportavam, fabricavam, vendiam, medicavam, hospedavam e prestavam serviços.

A inserção se realizou, portanto, dentro de uma hierarquia de status. Inicialmente, muitos alemães ocuparam funções que exigiam trabalho braçal ou técnico, em uma sociedade

ainda marcada pelo preconceito contra o trabalho manual. Mas a própria transformação econômica da cidade permitiu que essas atividades se convertessem em recursos de mobilidade. A utilidade social dos imigrantes diminuía, ainda que não eliminasse, a distância entre os grupos. A hierarquia persistia, mas sofria deslocamentos.

Essa dinâmica ajuda a explicar por que a presença alemã assumiu duas direções simultâneas. De um lado, houve interação com a sociedade luso-brasileira no espaço público do trabalho, dos contratos, do comércio e da política. De outro, houve preservação de fronteiras étnicas, especialmente por meio da família, da igreja, da língua e das associações. A inserção alemã em Curitiba não foi, assim, sinônimo de assimilação. Foi antes uma integração seletiva, negociada e tensionada.

Do lote colonial ao mercado urbano

A passagem dos alemães pelo espaço urbano não ocorreu de maneira homogênea. Parte deles aproximou-se de Curitiba depois de experiências frustradas ou limitadas nas colônias. A condição de lavrador, muitas vezes declarada no momento da imigração, não impedia que o indivíduo possuísse ofício artesanal ou buscasse atividades urbanas. Essa característica ajuda a explicar a presença de carpinteiros, serralheiros, pedreiros, cervejeiros, relojoeiros, padeiros e comerciantes entre aqueles que inicialmente apareciam como colonos.

O caso da família Strobel, embora não seja o foco principal deste artigo, ajuda a compreender esse movimento a partir de uma trajetória concreta. De acordo com o relato de Gustav H. Strobel, a família chegou ao Porto de São Francisco em 11 de novembro de 1854, seguiu para Joinville e, diante das dificuldades de estabelecimento, Christian Strobel deslocou-se para Curitiba em busca de trabalho como carpinteiro, chegando no início de 1855 (Strobel, 1987, p. 30-45). Em São José dos Pinhais, foi contratado para confeccionar balcões e prateleiras e, posteriormente, sua experiência na carpintaria permitiu que fosse chamado para serviços em Curitiba. A trajetória revela que o conhecimento técnico podia converter-se em recurso de sobrevivência e de inserção social. Como observa Machado, a opção de Strobel pela carpintaria esteve relacionada às possibilidades abertas por um mercado de trabalho que demandava serviços especializados. (Machado, 1998, p. 32-38).

A experiência de Strobel também indica a importância das redes de contato. O primeiro trabalho relatado ocorreu a partir de indicação feita por pessoas que falavam alemão e

conheciam a demanda local. Mais tarde, ele foi chamado para obras de maior visibilidade, como a cobertura da casa de Augusto Stelfeld, na Praça Tiradentes, e serviços ligados à Estrada da Graciosa. A circulação de recomendações entre alemães e entre alemães e luso-brasileiros mostra que a inserção não dependia apenas da habilidade individual, mas também de relações de confiança.

Outros nomes reforçam essa interpretação. Gottlieb Wieland, engenheiro de origem alemã, aparece associado a projetos importantes da Curitiba oitocentista, como a farmácia Stelfeld, o Mercado Novo e a primeira Igreja Evangélica Luterana. Henrique Henning, mestre de obras, também contribuiu para construções que modificaram a paisagem urbana. Esses personagens mostram que a presença germânica nas obras não se restringia à execução braçal; envolvia também desenho, técnica, planejamento e direção de serviços.

A memória sobre a cidade registrou essa influência arquitetônica e construtiva. Nestor Vitor, ao recordar Curitiba na década de 1880, afirmou: “Quando eu fui para Curitiba, 1885, nossa capital já tinha proporções avantajadas e entre os exemplares da sua construção, aí já quase que completamente à feição germânica, encontravam-se vários prédios importantes”. (Vitor, 1996, p. 73). A passagem deve ser lida com cautela, pois expressa uma memória posterior e pode acentuar a marca alemã. Ainda assim, ela evidencia que a presença germânica tornou-se elemento reconhecível na aparência urbana.

Esse reconhecimento visual não significa que os alemães controlassem a cidade. A arquitetura, as lojas e os ofícios permitiam visibilidade, mas o poder político e os cargos mais prestigiados continuavam majoritariamente associados às redes luso-brasileiras. A noção de hierarquia de status é, portanto, indispensável para evitar tanto a invisibilização dos alemães quanto sua idealização como agentes únicos do progresso.

As trajetórias individuais revelam também uma temporalidade específica da mobilidade. Muitos imigrantes começaram em atividades de menor prestígio, acumularam contatos e recursos, e depois abriram estabelecimentos próprios. Essa passagem não foi automática. Dependia de capital, crédito, clientela, domínio mínimo da língua portuguesa, capacidade de negociação com autoridades e inserção em redes comunitárias. A mobilidade era possível, mas exigia adaptação.

A diversificação ocupacional era uma estratégia diante das incertezas. Um mesmo indivíduo podia ser lavrador, carroceiro, empreiteiro e comerciante em momentos distintos da vida. Em uma cidade em crescimento, as fronteiras entre trabalho manual, prestação de serviço

e pequeno empreendimento eram fluidas. Essa fluidez favorecia os imigrantes que possuíam ofícios transportáveis e capacidade de aproveitar demandas urbanas.

Do ponto de vista elisiano, esse movimento mostra que as configurações sociais são dinâmicas. Os indivíduos não estão simplesmente presos a uma posição fixa; eles se movem conforme as relações de dependência se transformam. Quando a cidade passa a necessitar de suas habilidades, o alemão deixa de ser apenas estrangeiro e passa a ser também carpinteiro necessário, farmacêutico indispensável, comerciante útil, empreiteiro contratado. A identidade de outsider não desaparece, mas é reconfigurada.

Essa reconfiguração se torna mais clara quando observamos a relação com o trabalho. Na sociedade escravista, o trabalho manual carregava estigma, mas, na Curitiba em modernização, certas habilidades manuais e técnicas passaram a ser valorizadas. O estrangeiro podia ocupar uma posição ambivalente: socialmente inferior por trabalhar com as mãos e, ao mesmo tempo, reconhecido por dominar técnicas ausentes ou escassas entre os nacionais.

A ambivalência também se expressava na linguagem da imprensa e dos anúncios. Os comerciantes alemães destacavam qualidade, preço, variedade, procedência europeia e prontidão. Esses atributos construíam uma reputação pública. O público consumidor era convidado a confiar no estabelecimento, no ofício e na origem do produto. Assim, a publicidade ajudava a transformar diferença étnica em argumento comercial.

A inserção urbana dos alemães, portanto, deve ser compreendida como processo. Primeiro, a cidade abriu espaços objetivos por suas carências materiais. Depois, os imigrantes mobilizaram saberes, redes e oportunidades. Em seguida, a presença alemã foi adquirindo reconhecimento social, sobretudo no comércio e nos serviços. Por fim, alguns indivíduos alcançaram posições de prestígio que lhes permitiram atuar como mediadores entre comunidade étnica e sociedade curitibana.

Esse processo não foi homogêneo nem envolveu todos os alemães da mesma forma. Havia diferenças de profissão, capital, origem regional, religião, tempo de chegada, domínio da língua portuguesa e inserção em redes familiares. Por isso, o artigo trabalha com indivíduos e atividades documentadas, sem transformá-los em representantes absolutos de todo o grupo.

Ao mesmo tempo, as trajetórias individuais são reveladoras porque permitem enxergar a configuração mais ampla. O empreiteiro que negocia com a Câmara, o comerciante que anuncia no jornal e o farmacêutico que se elege vereador expressam diferentes graus de

aproximação com a sociedade estabelecida. Em cada caso, a inserção se deu por uma combinação de utilidade, reputação, rede social e negociação de status.

Essa leitura prepara a análise das duas categorias centrais do mundo do trabalho: os empreiteiros e os comerciantes. Os primeiros mostram a inserção mediada pela administração municipal e pelas obras públicas. Os segundos revelam a inserção por meio do mercado urbano, da clientela e da ocupação de ruas centrais. Em ambos os casos, a presença alemã aparece como parte ativa da transformação de Curitiba no final do século XIX.

Empreiteiros alemães: obras públicas, utilidade social e tensões

As obras públicas constituíram uma das primeiras vias de inserção social dos alemães em Curitiba. Na capital em formação, ruas, pontes, boeiros, calçamentos, macadamizações e consertos eram demandas constantes. A Câmara Municipal necessitava de trabalhadores capazes de executar serviços técnicos, e os imigrantes de origem germânica encontraram nesse campo uma oportunidade de trabalho e visibilidade.

A presença alemã nas obras municipais aparece com frequência nas Atas da Câmara Municipal de Curitiba, especialmente no volume correspondente ao período de 1868 a 1880. Entre os nomes encontrados estão Albino Schimmelpfeng, Felipe Hey, João Desidério Babler, Jacob Schmidley, Frederico Schultz, José Lambach, Fernando Schneider e João Klass. Não se trata de afirmar que todas as obras estavam nas mãos de alemães, mas de reconhecer que eles tiveram participação expressiva e recorrente em um momento de reorganização urbana.

O caso de Albino Schimmelpfeng é significativo. Em sessão extraordinária de 9 de novembro de 1868, registrou-se que ele se apresentou à Câmara para executar uma rua que ligaria a região da Igreja do Rosário ao cemitério da cidade:

Abriu o Sr. presidente da sessão e declarou ser o motivo da presente sessão a ter se de tratar das obras municipais. O Sr. Albino Schimmelpfeng apresentou-se propondo-se a fazer a rua a partir do centro-oeste da frente da Igreja do Rosário até o cemitério desta cidade mediante as bases constantes do contracto que se mandou lavrar pelo procurador da Camara depois de ter sido discutido e aprovado. (Atas da Câmara Municipal de Curitiba, v. 13, 9 nov. 1868, p. 17).

O registro mostra a forma contratual pela qual a Câmara organizava parte das obras urbanas. O empreiteiro se apresentava, firmava contrato, executava a obra e dependia de

fiscalização e pagamento. Essa relação evidencia a interdependência entre a municipalidade e os trabalhadores especializados. A Câmara precisava da obra; o empreiteiro precisava do contrato e do pagamento.

A mesma documentação indica, porém, que essa relação era marcada por tensões. Em 14 de maio de 1869, após a conclusão da obra, Schimmelpfeng apresentou requerimento pedindo pagamento da quantia contratada. A Ata registra que foi encaminhada informação ao governo provincial “no qual pede pagamento da quantia que contractou a obra da estrada do cemitério” (Atas da Câmara Municipal de Curitiba, v. 13, 14 maio 1869, p. 23). O atraso ou a necessidade de reiterar pedidos de pagamento mostra que a inserção pelo trabalho não eliminava a posição subordinada do empreiteiro diante da Câmara.

Felipe Hey também aparece nesse universo de obras e pagamentos. Em 9 de agosto de 1869, a Câmara registrou o “Officio de Felliipe Hey participando achar-se concluído o calçamento da Rua da Carioca” (Atas da Câmara Municipal de Curitiba, v. 13, 9 ago. 1869, p. 27). Dois meses depois, em 11 de outubro de 1869, foi apresentada uma conta referente ao serviço executado, “na importância de 909\$500 reiz”, e ordenou-se o pagamento ao empreiteiro (Atas da Câmara Municipal de Curitiba, v. 13, 11 out. 1869, p. 28). A sequência documental revela o circuito da obra: contratação, execução, comunicação de conclusão, medição e pagamento.

A trajetória dos irmãos Hey também indica a multiplicidade ocupacional comum entre esses imigrantes. Felipe Hey aparece como lavrador, empreiteiro e carroceiro; Jacob Hey prestou serviços em estradas e depois se vinculou a atividades como serralheria; Peter Hey aparece como lavrador, carroceiro, comerciante e serralheiro. Essa mobilidade ocupacional não deve ser entendida como instabilidade apenas individual, mas como estratégia de inserção em um mercado urbano em formação.

As Atas também mencionam João Desidério Babler. Em 1871, ele apresentou proposta para consertos na Rua da Assembleia, obrigando-se a entulhar buracos com pedra, lançar camada de pedra miúda, cobrir com saibro, limpar valetas e deixar a rua em condições adequadas. A Câmara aceitou a proposta mediante pagamento de 600 mil réis, com metade adiantada e o restante após o recebimento da obra. O registro detalhado das obrigações evidencia que os empreiteiros alemães não eram apenas trabalhadores braçais; assumiam responsabilidades técnicas e contratuais no processo de urbanização.

O caso mais expressivo, contudo, é o de Fernando Schneider. Ele aparece nas fontes como empreiteiro de grande visibilidade na década de 1870. Trabalhou na Estrada da Graciosa, forneceu materiais para consertos e participou de contratos de macadamização de ruas importantes da capital. Em 1878, concorreu com outros proponentes para executar obras nas ruas Riachuelo, Graciosa e no largo da Matriz. O parecer da comissão de obras comparou as propostas e concluiu que a de Schneider era a mais conveniente:

A vista dos preços de cada uma das propostas a comissão julga que a de Fernando Scheneider para o macadanizamento das ruas é a mais barata e conveniente já pelo preço e já porque se obriga [ilegível] systema este que a comissão entende dever ser preferido ao ensaibramento ficando prejudicados as de Francisco Miro e Gabriel Schorioul. (Atas da Câmara Municipal de Curitiba, v. 13, 5 dez. 1878, p. 79).

A escolha de Schneider confirma que o critério econômico e a confiança técnica podiam favorecer um empreiteiro alemão. Contudo, a mesma trajetória demonstra os limites da inserção. Em 1879, após divergências sobre preços, materiais e metragem das ruas, a Câmara decidiu rescindir o contrato e realizar nova verificação das obras. A tensão entre a municipalidade e Schneider mostra que a interdependência não anulava o conflito. Ao contrário, quanto mais central se tornava a função do empreiteiro, maiores eram as disputas sobre controle, pagamento e legitimidade.

A partir da leitura elisiana, essas situações podem ser entendidas como tensões próprias de uma hierarquia de status. Os empreiteiros alemães tornavam-se necessários porque detinham habilidades que a cidade demandava. Mas essa necessidade não significava igualdade plena. A Câmara continuava controlando contratos, pagamentos, fiscalizações e avaliações. A mobilidade dos *outsiders* ocorria dentro de limites definidos pelos estabelecidos.

Ainda assim, a atividade como empreiteiro produziu efeitos importantes. Ela aproximou os alemães das redes administrativas locais, permitiu acumulação de recursos, ampliou contatos e abriu caminho para outras atividades. Muitos não permaneceram apenas nas obras públicas. Alguns passaram para o comércio, a indústria, a prestação de serviços e a exploração de estabelecimentos urbanos. A obra pública, portanto, funcionou como porta de entrada para uma sociabilidade mais ampla.

Nesse sentido, os empreiteiros alemães foram agentes da urbanização e, simultaneamente, sujeitos em processo de inserção. Ao construírem ruas e pontes, também

construíam relações. Ao fornecerem saibro, pedra, madeira, serviços de carpintaria ou macadamização, apresentavam-se como trabalhadores úteis, competentes e confiáveis. A cidade precisava deles, e essa necessidade abria brechas para a mobilidade social.

O trabalho, contudo, não deve ser romantizado. No interior da sociedade escravista e pós-escravista, atividades manuais e pesadas carregavam estigmas. A valorização dos alemães como trabalhadores laboriosos convivia com sua posição inferior diante da elite política luso-brasileira. A inserção pelas obras públicas foi, portanto, ambígua: permitiu reconhecimento, mas dentro de um campo social marcado por desigualdade de status.

Essa ambiguidade ajuda a explicar a passagem de alguns imigrantes para o comércio. Se a obra pública tornava o alemão necessário, o comércio podia torná-lo respeitável. É nesse deslocamento que se percebe com maior clareza a mobilidade dos *outsiders* dentro da sociedade curitibana.

Comerciantes alemães e mobilidade no espaço urbano

A segunda via de inserção analisada neste artigo é o comércio. Diferentemente das obras públicas, em que os alemães dependiam diretamente dos contratos e pagamentos da Câmara, o comércio permitia maior autonomia, visibilidade e contato cotidiano com diferentes grupos da cidade. Por meio das casas comerciais, padarias, hotéis, relojoarias, joalherias, oficinas, açougues, marcenarias, cervejarias e armazéns, os imigrantes alemães passaram a ocupar posições centrais na vida urbana.

Os anúncios publicados em *O Dezenove de Dezembro*, *Gazeta Paranaense* e *Província do Paraná* são fontes fundamentais para acompanhar essa presença. Eles revelam não apenas os produtos oferecidos, mas também a localização dos estabelecimentos, os nomes dos proprietários, as estratégias de publicidade e a diversidade dos ramos de atuação. Por meio deles, é possível perceber que a atuação alemã no comércio não foi periférica.

O levantamento realizado para o período de 1869 a 1889 indica que, entre os estabelecimentos comerciais e industriais identificados em Curitiba, os luso-brasileiros mantinham a primazia numérica, mas os alemães apareciam como o segundo grupo mais representativo. Foram identificados 230 estabelecimentos de luso-brasileiros e 104 de alemães, em um total de 386 estabelecimentos. Esse dado é decisivo porque mostra que os alemães não eram maioria, mas ocupavam posição expressiva em uma cidade cujo varejo se diversificava.

A distribuição espacial confirma esse protagonismo relativo. A dissertação apresenta uma planta de Curitiba com a localização das casas comerciais de alemães, elaborada a partir dos anúncios dos jornais *O Dezenove de Dezembro*, *Gazeta Paranaense* e *Província do Paraná* (Colatusso, 2004, p. 65). A partir desse levantamento, observa-se que, na Rua da Imperatriz, uma das principais artérias comerciais da cidade, havia 20 casas comerciais pertencentes a alemães e 41 a luso-brasileiros; na Rua Riachuelo e na Rua Direita, conhecida também como Rua dos Alemães, a presença germânica era ainda mais marcante (Colatusso, 2004, p. 64-66). A localização dos estabelecimentos sugere que os alemães não permaneceram nos limites do rocío ou das colônias próximas; eles se projetaram para o centro econômico e simbólico da capital.

Esse deslocamento pode ser interpretado como mobilidade na hierarquia de status. Nas obras públicas, os alemães apareciam muitas vezes como executores contratados pela Câmara. No comércio, passaram a concorrer com os luso-brasileiros em atividades de compra, venda, importação, serviços e abastecimento. A inserção comercial reduzia a distância entre *outsiders* e estabelecidos, ainda que não eliminasse as assimetrias políticas.

A trajetória de Albino Schimmelpfeng ilustra essa transição. Depois de atuar como lavrador e empreiteiro, ele anunciou sua serreria. O anúncio publicado em *O Dezenove de Dezembro* informava:

Tendo concluído o seu engenho de serrar madeira no lugar Butiatuvinha – recebe qualquer encomenda, prometendo promptidão de serviço, commodidade de preço e a boa qualidade do gênero. (*O Dezenove de Dezembro*, 1 jun. 1880, p. 4).

A linguagem do anúncio revela uma estratégia de afirmação comercial. Schimmelpfeng oferecia prontidão, preço cômodo e qualidade. A publicidade construía uma imagem de confiança e competência, atributos importantes para converter o antigo empreiteiro em empresário urbano. O mesmo movimento aparece em Fernando Schneider, que, além de empreiteiro, abriu uma padaria. Em 1877, anunciava:

O abaixo assignado participa ao respeitável publico desta cidade, que abriu seu estabelecimento de padaria, encarregando-se de qualquer encomenda concernente a mesma. Participa mais, que tem gêneros novamente chegados como sejam seccos e molhados que em tudo faz preços cômodos. (*O Dezenove de Dezembro*, 14 fev. 1877, p. 4).

A fórmula “respeitável público” indica que o comerciante se dirige à sociedade curitibana em geral, e não apenas à comunidade alemã. Essa abertura é fundamental para compreender a inserção econômica. Para prosperar no comércio, era necessário falar com a cidade, estabelecer clientela diversa, adequar-se às práticas comerciais locais e participar de uma cultura urbana de consumo.

Outros exemplos confirmam a diversidade das atividades. João Desidério Babler, que aparece nas Atas como executor de obras, anunciava casa comercial na Rua Riachuelo, oferecendo “grandes sortimento de balanças para balcão e decimal” (O Dezenove de Dezembro, 1 fev. 1884). Gabriel Schoriol, por sua vez, aparece primeiro ligado à barbearia e depois à empresa funerária. João Leitner anunciava quartos para aluguel e alimentação, indicando a articulação entre hospedagem, alimentação e comércio.

Essa multiplicidade ocupacional mostra que os alemães se adaptaram às oportunidades abertas pela cidade. Não se limitaram ao trabalho agrícola inicialmente esperado pelas políticas de colonização. A partir de seus conhecimentos, redes e capacidades de iniciativa, passaram a ocupar setores variados da economia urbana.

O comércio de alemães também se destacou em ramos nos quais seus conhecimentos técnicos ou vínculos de importação podiam oferecer vantagens. Ferragens, metais, latoaria, marcenaria, carpintaria, relojoaria, joalheria, cervejaria e farmácia eram atividades que exigiam habilidades específicas e, muitas vezes, contato com produtos vindos da Europa. Essa característica reforçava a imagem de utilidade e competência associada ao grupo.

A presença no comércio, contudo, não significou ruptura com a comunidade étnica. Muitos comerciantes participavam de redes familiares e associativas alemãs. A loja, a oficina ou a padaria os ligavam à sociedade curitibana; a família, a língua, a igreja e as associações os ligavam ao grupo de origem. O mesmo indivíduo podia, portanto, transitar entre diferentes códigos sociais.

Aqui a noção de interdependência novamente se mostra produtiva. O comércio alemão dependia de consumidores luso-brasileiros, de anúncios em jornais locais, de localização nas ruas centrais e de relações com autoridades. Ao mesmo tempo, a cidade dependia desses comerciantes para ampliar o abastecimento, diversificar produtos e modernizar serviços. A hierarquia de status era tensionada por essa dependência recíproca.

É nesse ponto que a análise dos comerciantes precisa ser diferenciada da imagem simplificadora do “imigrante ideal”. A ascensão de alemães no comércio não foi resultado natural de uma suposta superioridade cultural. Ela decorreu de condições históricas específicas: a demanda urbana, a crise do trabalho escravizado, a abertura de mercados, a existência de habilidades profissionais e a possibilidade de construir relações com a sociedade estabelecida.

Ao lado disso, a presença comercial produziu efeitos simbólicos. Ao ocupar ruas centrais, anunciar em periódicos, oferecer produtos importados, administrar hotéis, padarias e oficinas, os alemães tornavam-se visíveis. Essa visibilidade alimentou a memória de uma Curitiba marcada por influência germânica. Mas, do ponto de vista analítico, essa memória deve ser compreendida como resultado de relações sociais concretas, não como evidência de integração automática.

A presença comercial dos alemães também reconfigurou as relações com outros grupos de imigrantes. Com a chegada de italianos, poloneses e outros contingentes, os alemães já ocupavam certos espaços econômicos e simbólicos. Em algumas atividades, aproximavam-se dos luso-brasileiros; em outras, diferenciavam-se dos novos imigrantes. A condição de outsider, portanto, podia mudar conforme a configuração social. Diante dos luso-brasileiros, os alemães ainda eram estrangeiros; diante de imigrantes chegados posteriormente, podiam apresentar-se como grupo mais estabelecido.

Essa mudança relativa de posição é decisiva para a leitura elisiana. O status não é uma qualidade fixa dos grupos, mas uma relação. Ao longo do período estudado, os alemães se deslocaram dentro da hierarquia curitibana. O comércio foi uma das vias mais importantes desse deslocamento porque permitiu transformar trabalho, técnica e redes étnicas em reconhecimento social.

A análise dos endereços reforça essa conclusão. O Largo da Matriz, a Rua da Imperatriz, a Rua Riachuelo e a Rua Direita eram espaços de circulação intensa, nos quais a presença comercial produzia reconhecimento cotidiano. Estar nesses lugares significava participar da vida pública da cidade. O estabelecimento comercial era, ao mesmo tempo, ponto de venda, lugar de sociabilidade e marca visível de pertencimento urbano.

A Rua da Imperatriz concentrava casas comerciais de diferentes origens, mas a presença alemã era expressiva. Ali apareciam cervejarias, bazares, oficinas, joalherias, fotografias, marcenarias, hotéis, alfaiatarias, açougues e lojas de roupas. Essa diversidade demonstra que o

comércio alemão não formava um bloco único, mas um conjunto de iniciativas distribuídas em vários ramos do varejo e da pequena indústria.

A concorrência com luso-brasileiros não deve ser interpretada apenas como disputa econômica. Ela também implicava aprendizagem de códigos sociais. Para negociar, anunciar, vender e manter clientela, os alemães precisavam dominar práticas comerciais locais e circular entre diferentes grupos. A loja, portanto, funcionava como espaço de tradução cultural: nela se encontravam língua, mercadoria, crédito, confiança e reputação.

Dessa forma, o comércio ampliou o campo de relações dos imigrantes. Se as associações e a igreja reforçavam o pertencimento germânico, a casa comercial obrigava o alemão a lidar com uma clientela mais ampla. Essa convivência cotidiana ajudava a reduzir a distância social, embora a diferença étnica continuasse existindo. O comerciante alemão era estrangeiro, mas também vizinho, fornecedor, anunciante, empregador e participante da economia urbana.

Augusto Stellfeld: farmácia, comunidade e política

Entre os alemães que alcançaram notoriedade em Curitiba, Augusto Stellfeld ocupa lugar especial. Sua trajetória permite observar uma forma ampliada de inserção, que ultrapassa o trabalho técnico e o comércio para alcançar a liderança comunitária e a política municipal. Farmacêutico, comerciante, representante dos interesses de alemães luteranos e vereador, Stellfeld pode ser analisado como um outsider que se tornou estabelecido em determinados circuitos da sociedade curitibana.

Segundo o Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná, Augusto Stellfeld nasceu no Ducado de Braunschweig, em 1817, diplomou-se em farmácia em 1848 e chegou ao Brasil em 1851, fixando-se inicialmente na Colônia Dona Francisca (Dicionário Histórico-Biográfico do Estado do Paraná, 1991, p. 481). Depois de breve permanência em Paranaguá, deslocou-se para Curitiba, onde as necessidades da nova capital ofereciam campo promissor para sua atividade profissional. Antes de exercer plenamente a farmácia no Império, revalidou seu diploma na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, exigência decorrente de decreto de 1850 (Sutil, 1999, p. 33).

A importância de Stellfeld se explica, em primeiro lugar, pela necessidade social de seu ofício. Curitiba carecia de estabelecimentos farmacêuticos e serviços de saúde. A Botica Alemã, depois Farmácia Alemã, tornou-se referência na cidade. O anúncio publicado em O Dezenove

de Dezembro, em 1877, apresentava a autoridade profissional do farmacêutico e a procedência europeia dos medicamentos:

Augusto Stellfeld, farmacêutico em Brunswick na Alemanha e pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, acaba de receber um grande sortimento das afamadas drogas e medicamentos de Hamburgo, que vende por preços muito commodos. (O Dezenove de Dezembro, 3 nov. 1877).

O anúncio articula três elementos de legitimação: a formação europeia, o reconhecimento pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro e o acesso a medicamentos de Hamburgo. Stellfeld apresentava-se, portanto, como profissional qualificado perante a sociedade curitibana. Sua condição de alemão não era ocultada; ao contrário, podia funcionar como marca de competência, desde que validada pelas instituições imperiais.

A farmácia também o colocou em contato com o governo provincial, a Santa Casa, a cadeia pública e a população pobre. Em vários momentos, Stellfeld prestou serviços e forneceu medicamentos a instituições públicas, ainda que nem sempre recebesse de imediato. Como ocorreu com os empreiteiros, sua utilidade social não eliminava tensões com o poder público. Contudo, no caso de Stellfeld, a especificidade técnica de sua profissão lhe conferiu maior prestígio.

Sua atuação não se limitou ao comércio farmacêutico. Stellfeld participou da vida comunitária alemã, especialmente entre luteranos. Nas Atas da Câmara, em 11 de julho de 1872, aparece requerimento em que ele pediu “três cartas de data para ceder a comuna protestante na Rua do Cerrito para construir uma Igreja e uma escola para a mesma comuna” (Atas da Câmara Municipal de Curitiba, v. 13, 11 jul. 1872). Esse registro é importante porque mostra Stellfeld como mediador entre a comunidade alemã e a municipalidade.

A construção de igreja e escola tinha significado profundo para a preservação da germanidade. Esses espaços garantiam sociabilidade, língua, fé, educação e coesão interna. Ao requerer terras para a comuna protestante, Stellfeld atuava como representante de interesses coletivos, não apenas como comerciante. Sua inserção na sociedade curitibana passava, assim, pela capacidade de negociar com os estabelecidos em favor dos *outsiders*.

Ao mesmo tempo, Stellfeld aproximava-se das esferas de prestígio da sociedade local. Quando D. Pedro II e D. Teresa Cristina visitaram o Paraná, em 1880, ele foi indicado para compor a comissão de recepção ao casal imperial. Recebeu ainda a Comenda da Ordem da Rosa

no grau de Cavaleiro. A homenagem imperial reforçava publicamente sua respeitabilidade, projetando-o para além da comunidade germânica.

Em 1882, Stellfeld concorreu às eleições para vereador e foi eleito com expressiva votação. Sua presença na Câmara Municipal marca uma mudança importante na hierarquia de status. Ao ocupar cargo político, ele se aproximava do espaço tradicionalmente controlado pelos luso-brasileiros. Não era apenas o estrangeiro útil, o farmacêutico necessário ou o comerciante respeitado; passava a ser também agente da administração municipal.

Essa ascensão, entretanto, não ocorreu sem tensões. Em 1886, quando exercia posição de destaque na Câmara, Stellfeld foi alvo de acusação relacionada a um aterro realizado nas proximidades de propriedades particulares. A denúncia, feita pelo vereador Ventura Torres, afirmava que o então vice-presidente teria mandado executar obra “a custa dos cofres municipais” (Atas da Câmara Municipal de Curitiba, v. 15, 31 mar. 1886). Segundo a acusação, Stellfeld não teria competência para contratar serviços sem autorização da Câmara.

O episódio é revelador. Não se trata apenas de uma divergência administrativa. Ele indica que, ao alcançar posições de poder, o outsider passava a ser cobrado segundo as normas e disputas próprias do grupo estabelecido. A ascensão de Stellfeld o colocava em situação delicada: reconhecido, mas também observado; integrado, mas ainda suscetível à suspeita; pertencente à Câmara, mas marcado por sua trajetória de estrangeiro.

A resposta de Stellfeld, segundo a documentação analisada, foi aceita ao final da sessão, e o presidente da Câmara declarou-se satisfeito com as explicações apresentadas. O episódio não interrompeu sua trajetória pública, mas evidencia que a mobilidade dentro da hierarquia de status gerava conflitos. A inserção política ampliava o reconhecimento, mas também expunha o alemão às tensões do poder municipal.

A trajetória de Stellfeld permite compreender o conceito de outsider estabelecido. Ele se inseriu precocemente na sociedade curitibana porque possuía um saber raro e necessário. A farmácia lhe abriu portas; o comércio lhe deu visibilidade; a liderança comunitária o tornou representante dos alemães; a política o aproximou dos luso-brasileiros. Seu caso mostra que a passagem de outsider a estabelecido não exigia abandono completo do grupo de origem. Ao contrário, sua força social vinha também de sua capacidade de circular entre mundos.

O caso Stellfeld ajuda a refinar a interpretação sobre os alemães em Curitiba. Nem todos alcançaram sua posição. A maioria permaneceu em atividades comerciais, artesanais ou de obras. Porém, sua trajetória revela as possibilidades abertas pela cidade em transformação.

Quando o saber técnico, a reputação profissional, a utilidade pública e a articulação comunitária se combinavam, a hierarquia de status podia ser deslocada de modo mais profundo.

Ao mesmo tempo, Stellfeld não deve ser tratado como exceção isolada, desligada do grupo. Ele se destacou individualmente, mas sua atuação esteve vinculada às redes alemãs. A solicitação de terras para a comuna protestante, sua farmácia identificada como alemã e sua inserção em circuitos de sociabilidade germânica mostram que a ascensão individual convivia com a pertença coletiva. É justamente essa combinação que torna sua trajetória tão significativa para compreender a inserção dos alemães na sociedade curitibana.

Integração seletiva, germanidade e redes de interdependência

Embora este artigo tenha privilegiado empreiteiros, comerciantes e Augusto Stellfeld, a inserção dos alemães em Curitiba não pode ser compreendida sem considerar a germanidade. No mesmo momento em que se aproximavam da sociedade luso-brasileira pelo trabalho e pelo comércio, os alemães construía formas de coesão interna. Família, igreja, escola, língua e associações funcionavam como espaços de preservação identitária e de controle comunitário.

A germanidade não significava isolamento completo. Se assim fosse, os alemães não teriam atuado nas obras públicas, anunciado em jornais locais, aberto estabelecimentos no centro da cidade, participado de comissões de recepção imperial ou ocupado cargos na Câmara. O que se observa é um duplo movimento: abertura seletiva para o espaço público e fechamento relativo no espaço comunitário.

Esse duplo movimento é coerente com a teoria de Elias. A identidade de grupo não existe fora das relações com outros grupos. Ao se perceberem como diferentes dos luso-brasileiros, e ao serem também percebidos como estrangeiros por eles, os alemães reforçaram práticas que os distinguiam. A língua alemã, as associações recreativas, os casamentos endogâmicos e as instituições religiosas ajudavam a preservar fronteiras simbólicas.

A família era uma das principais bases dessa preservação. Os casamentos dentro do grupo eram valorizados porque asseguravam a transmissão da língua e dos costumes. As associações, por sua vez, ampliavam a rede familiar, criando espaços de convivência, lazer, música, canto, tiro, ginástica e auxílio mútuo. Nesses espaços, a comunidade exercia controle sobre seus membros e reforçava um sentimento de pertencimento.

A integração econômica, portanto, não impediu a manutenção de fronteiras étnicas. Ao contrário, a coesão interna podia fortalecer a capacidade de negociação externa. Um grupo mais unido, com redes de parentesco, confiança e solidariedade, dispunha de melhores condições para atuar no comércio, obter informações, formar parcerias e preservar reputação.

Nesse sentido, o *Deutschtum* pode ser interpretado como recurso simbólico e social. Ele oferecia aos alemães uma imagem positiva de si mesmos, capaz de enfrentar a posição inferior atribuída aos *outsiders*. Se a sociedade luso-brasileira detinha antiguidade, cargos e prestígio político, os alemães podiam afirmar sua distinção pela disciplina, pelo trabalho, pela técnica, pela língua e pela organização comunitária.

A mobilidade dos alemães em Curitiba, portanto, não significou desaparecimento da diferença. A diferença foi negociada. Em certos contextos, ser alemão podia ser um obstáculo; em outros, podia ser uma marca de competência e confiabilidade. A Farmácia Alemã de Stelfeld, as técnicas de carpintaria de Christian Strobel, os anúncios de produtos europeus e a presença de comerciantes alemães em ruas centrais demonstram que a identidade podia ser convertida em capital social.

Essa leitura também evita uma interpretação celebratória. A inserção alemã foi marcada por desigualdades, disputas e hierarquias. Os alemães não foram simplesmente acolhidos como iguais; conquistaram espaços em uma sociedade que precisava deles. A utilidade técnica e econômica abriu portas, mas as relações com os estabelecidos permaneceram reguladas por assimetrias de poder.

Por isso, a experiência alemã em Curitiba deve ser compreendida como uma configuração. Cada indivíduo — empreiteiro, comerciante, farmacêutico, vereador — agia dentro de redes que o antecederam e o ultrapassavam. As escolhas individuais só ganham sentido quando relacionadas às demandas da cidade, às expectativas das elites, às oportunidades econômicas, às instituições comunitárias e às disputas por status.

Considerações finais

As formas de inserção dos alemães na sociedade curitibana do final do século XIX revelam uma experiência marcada por interdependência, tensão e mobilidade. Entre 1869 e 1889, Curitiba passava por transformações materiais e sociais que abriram espaços para

trabalhadores especializados, comerciantes e profissionais estrangeiros. Os alemães encontraram nessas brechas possibilidades de atuação e reconhecimento.

Os empreiteiros alemães participaram da construção e manutenção da infraestrutura urbana. Sua presença nas Atas da Câmara Municipal mostra que a cidade dependia de seus serviços para executar ruas, pontes, calçamentos e macadamizações. Essa dependência, contudo, não eliminava sua posição subordinada diante da municipalidade. Pedidos de pagamento, fiscalização de obras, divergências contratuais e rescisões revelam que a inserção pelo trabalho era atravessada por conflitos.

Os comerciantes alemães, por sua vez, alcançaram maior visibilidade no espaço urbano. Ao abrirem casas comerciais, oficinas, padarias, hotéis, serrarias, cervejarias e estabelecimentos especializados, ocuparam ruas centrais e passaram a disputar o varejo com luso-brasileiros. O comércio funcionou como caminho de mobilidade social, permitindo aos *outsiders* aproximar-se dos estabelecidos em termos econômicos, embora o controle político permanecesse majoritariamente nas mãos da elite luso-brasileira.

A trajetória de Augusto Stellfeld mostra uma forma ainda mais ampla de inserção. Como farmacêutico, ofereceu à cidade um serviço raro e necessário. Como comerciante, tornou-se figura conhecida. Como liderança luterana, mediou interesses da comunidade alemã. Como vereador, ingressou em um espaço de poder municipal. Seu percurso evidencia que a mobilidade era possível, mas também gerava tensões, sobretudo quando o outsider passava a ocupar posições antes reservadas aos estabelecidos.

A leitura a partir de Norbert Elias permite compreender que os alemães não foram apenas assimilados pela sociedade curitibana, nem permaneceram isolados em uma comunidade fechada. Eles construíram relações de interdependência com os luso-brasileiros e, simultaneamente, preservaram formas de coesão interna vinculadas à germanidade. A inserção foi seletiva: intensa no trabalho, no comércio e em certos espaços públicos; controlada no âmbito da família, da língua, da religião e das associações.

Desse modo, a presença alemã em Curitiba não deve ser interpretada como resultado natural de uma suposta vocação para o progresso, mas como produto de uma configuração histórica específica. A cidade precisava de trabalhadores, comerciantes e profissionais; os alemães precisavam de oportunidades; os luso-brasileiros controlavam a hierarquia local; e os *outsiders*, ao se tornarem úteis, puderam deslocar parcialmente sua posição.

O artigo procurou demonstrar que as estratégias de inserção dos alemães passaram por três caminhos articulados: o trabalho técnico nas obras públicas, a consolidação comercial no espaço urbano e a atuação de lideranças capazes de transitar entre comunidade étnica e sociedade política. Nessa articulação, os alemães construíram redes de interdependência que lhes permitiram ocupar lugar expressivo na Curitiba oitocentista, sem que isso significasse integração plena ou apagamento das fronteiras étnicas.

Ao final, a categoria de estabelecidos e *outsiders* ajuda a repensar a memória da presença alemã em Curitiba. Mais do que confirmar a imagem do imigrante ideal, ela permite observar os mecanismos sociais que transformaram estrangeiros em sujeitos necessários, respeitados, disputados e, em alguns casos, incorporados aos espaços de poder. Essa transformação foi histórica, relacional e tensionada.

REFERÊNCIAS

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Volume 13, 1868 a 1880.

ATAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE CURITIBA. Volume 15, 1886 a 1889.

AVE-LALLEMENT, Robert. Viagens pelas Províncias de Santa Catarina, Paraná e São Paulo (1858). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1980.

BALHANA, Altiva Pilatti; NADALIN, Sérgio Odilon. A imigração e o processo de urbanização em Curitiba. In: Anais do VII Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História. São Paulo, 1974.

BALHANA, Altiva Pilatti; PINHEIRO MACHADO, Brasil; WESTPHALEN, Cecília Maria. **História do Paraná**. Curitiba: Grafipar, 1969.

BALHANA, Altiva Pilatti; WESTPHALEN, Cecília Maria. Demografia e economia: o empresariado paranaense (1829-1929). In: COSTA, Iraci Del Nero. **Brasil: história econômica e demografia**. São Paulo: Instituto de Pesquisas Econômicas, 1986.

COLATUSO, Denise Eurich. **Imigrantes alemães na hierarquia de status da sociedade luso-brasileira (Curitiba, 1869 a 1889)**. 158 f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2004.

DICIONÁRIO Histórico-Biográfico do Estado do Paraná. Curitiba: Livraria do Chain; Banco do Estado do Paraná, 1991.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Lisboa: Dom Quixote, 1993.

ELIAS, Norbert. **Os alemães**: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

IANNI, Octavio. **As metamorfoses do escravo**. São Paulo: Hucitec; Curitiba: Scientia et Labor, 1988.

MACHADO, Cacilda da Silva. **De uma família imigrante**: sociabilidades e laços de parentesco. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

NADALIN, Sérgio Odilon. **Imigrantes de origem germânica no Brasil**: ciclos matrimoniais e etnicidade. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 2000.

O DEZENOVE DE DEZEMBRO. Curitiba, 1854-1889.

PARANÁ. Relatório de Presidente de Província do Paraná, Frederico José Cardoso de Araújo Abranches na abertura da Assembleia Legislativa Provincial em 15 de fevereiro de 1874. Coritiba: Typografia da Viúva Lopes, 1874.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. **Semeando iras rumo ao progresso**. Curitiba: UFPR, 1996.

SEYFERTH, Giralda. **Nacionalismo e identidade étnica**: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1981.

STROBEL, Gustav H. **Relatos de um pioneiro da imigração alemã**. Estante Paranista, 27. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense, 1987.

SUTIL, Marcelo Saldanha. Da pharmacia à farmácia (1857-1940). **Boletim Informativo da Casa Romário Martins**, Curitiba, v. 25, n. 123, jul. 1999.

TRINDADE, Etelvina Maria de Castro; ANDREAZZA, Maria Luiza. **Cultura e educação no Paraná**. Curitiba: SEED, 2001.

VÍTOR, Nestor. **A terra do futuro**: impressões sobre o Paraná. Curitiba: Prefeitura Municipal de Curitiba, 1996.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. São Paulo: Editora Nacional, 1980.

Recebido em: 28 maio 2026.

Aceito em: 10 jun. 2026.